



CONGRESSO
NA MIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 28

30 DE JUNHO A 04 DE JULHO DE 2025



FENAJUD
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📱 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No **Executivo**, o presidente Lula viajará a Buenos Aires, na Argentina, para participar da 66ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que ocorrerá nos dias 2 e 3 de julho.

Nesta semana, será realizada a 13ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa, que reunirá autoridades brasileiras dos três Poderes, **esvaziando temporariamente a Esplanada dos Ministérios**. O evento, que será realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, terá como tema “O mundo em transformação – Direito, Democracia e Sustentabilidade na Era Inteligente”.

Na **Câmara dos Deputados**, no âmbito do **Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa**, estão previstas três audiências públicas. Destaca-se a audiência que ocorrerá na terça-feira (01), com o tema “Reforma Administrativa: Entidades Representativas das Carreiras Jurídicas”.

Nas comissões, a **Comissão de Trabalho (CTRAB)** poderá deliberar o [PLP 7/2025](#), que propõe a inclusão de sindicatos no regime do Simples Nacional. O colegiado também analisará o [PL 309/2025](#), que modifica a Lei Antirracismo e o Código Penal para prever a perda de cargo ou função pública e a cassação de registro profissional para pessoas condenadas por injúria racial.

A **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)** analisará o [PL 3221/2024](#), que trata da remarcação de teste físico para gestantes no serviço público federal. Já a **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)**, discutirá o [PL 2783/2011](#), que trata da criação e extinção de funções comissionadas na Justiça Federal da 5ª Região.

No **Senado Federal**, na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, poderão ser votados o [PL 4303/2024](#), que transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça; e o [PL 1/2025](#), que cria varas federais no Estado de Santa Catarina; transforma cargos de juiz federal substituto na Justiça Federal da 4ª Região; e cria cargos de juiz federal.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CONGRESSO NACIONAL

CMO realiza audiência pública com Ministra do Planejamento e Orçamento: a Comissão Mista de Orçamento realizará uma audiência pública nesta terça-feira (01), às 14h30, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e também por meio da plataforma Zoom (virtualmente), para receber a Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento. A audiência terá como objetivo a apresentação e o debate sobre as diretrizes e prioridades do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026. Acompanhe a reunião [aqui](#).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASP vota sustação de decreto que desobriga o direito à adaptação de concursos públicos para pessoas com deficiência: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (01), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [substitutivo](#) do deputado Prof. Reginaldo Veras (PV/DF) favorável ao [PDC 1064/2018](#), que susta o Decreto nº 9.546/18, que "altera o Decreto nº 9.508/18, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que o critério de aprovação dessas provas poderá seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos".

GT debate Reforma Administrativa com especialistas acadêmicos: o Grupo de Trabalho destinado à elaboração da Reforma Administrativa (GTREFADM) se reúne nesta terça-feira (01), às 10h, no Anexo II, Plenário 12 para realizar audiência pública com tema "Reforma Administrativa: Especialistas Acadêmicos", com os seguintes convidados:

- Humberto Falcão Martins, Professor da Fundação Dom Cabral na área de gestão pública;
- Rafael Rodrigues Viegas, Cientista Político, PhD em Administração Pública e Governo, Professor da FGV SP e Pesquisador da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
- Nelson Marconi, Professor e Coordenador do Curso de Administração Pública da EAESP FGV (por videoconferência);
- Sergio Pinheiro Firpo, Professor Titular de Economia do Insper, Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley;
- Carlos Ari Sundfeld, Professor Titular da FGV DIREITO SP e Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público;

- Cláudia Souza Passador, Professora Titular da USP;
- Carlos Vainer, Professor Emérito da UFRJ.

Acompanhe a audiência [aqui](#).

GT debate Reforma Administrativa com entidades das carreiras jurídicas:

o Grupo de Trabalho destinado à elaboração da Reforma Administrativa (GTREFADM) realizará uma audiência pública nesta terça-feira (01), às 15h, no Anexo II, plenário 14, para debater o tema "Reforma Administrativa: Entidades Representativas das Carreiras Jurídicas". Participam representantes de associações da magistratura, ministérios públicos, advocacia pública, defensorias e tribunais de contas. Entre os convidados estão:

- VALÉRIA FERREIRA, Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional;
- FERNANDA FERNANDES, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos;
- VICENTE BRAGA, Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal;
- SONIA MARIA FERREIRA ROBERTS, Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e Membros Aposentados do Ministério Público da União e seus pensionistas.

Acompanhe a audiência [aqui](#).

GT debate Reforma Administrativa com Poder Executivo: o Grupo de Trabalho destinado à elaboração da Reforma Administrativa (GTREFADM) se reúne nesta quarta-feira (02), às 09h30, no Anexo II, Plenário 02, para realizar audiência pública com Representantes das Esferas do Poder Executivo, com os seguintes convidados:

- Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Rafael Fonteles, Governador do Estado do Piauí;
- Topázio Silveira Neto, Prefeito de Florianópolis.

Acompanhe a audiência [aqui](#).

CTRAB poderá deliberar previsão de perda de cargo para servidor condenado por injúria racial: a Comissão de Trabalho (CTRAB) se reúne nesta quarta-feira (02), às 10h, no Anexo II, Plenário 12, para deliberação de itens. Em pauta, está o [PL 309/2025](#) que altera a Lei Antirracismo e o Código Penal para propor a perda do cargo ou função para servidores públicos e a cassação do registro profissional para pessoas condenadas por injúria racial. A matéria conta com [parecer](#) do Deputado Ossesio Silva

(REPUBLIC/PE), pela aprovação com emendas que ampliam o alcance da proposta: além da injúria racial, passam a abranger todos os crimes previstos na Lei Anti Racismo (Lei nº 7.716/1989), prevendo a perda de cargo público e a cassação de registro profissional quando o crime for cometido no exercício da profissão ou em razão dela. As emendas também determinam que a decisão judicial seja comunicada ao respectivo Conselho Federal, integrando a previsão tanto na Lei Antirracismo quanto no Código Penal.

CMULHER poderá votar o direito a remarcação do teste de aptidão física para candidatas grávidas em concursos públicos: a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) se reúne nesta terça-feira (17), às 11h, no Anexo II, Plenário 14, para deliberar itens na pauta, entre os quais o [PL 3221/2024](#) que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para assegurar o direito de remarcação de teste de aptidão física à candidata grávida à época de sua realização, conforme disposto no art. 133 da Constituição Federal. A relatora da matéria, deputada Delegada Ione (AVANTE/MG), apresentou um [Substitutivo](#).



SENADO FEDERAL

CAS vota liberação de pais, servidores e empregados, do trabalho para vacinação dos filhos: a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne nesta quarta-feira (02), às 09h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, para deliberar os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [parecer](#) da senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA) com voto favorável ao [PL 570/2024](#), com três emendas que apresenta. A proposta acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112/90, e à Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.



RELAÇÕES DE TRABALHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CTRAB vota inclusão de sindicatos no regime do Simples Nacional: a Comissão de Trabalho (CTRAB) se reúne nesta quarta-feira (02), às 10h, no Anexo II, Plenário 12, para deliberação de itens. Em pauta, está o [PLP 7/2025](#), que altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, para incluir uma categoria especial no regime do Simples Nacional destinada a entidades sem fins

lucrativos, incluindo sindicatos, observando os limites da imunidade constitucional. O projeto conta com [parecer](#) da Deputada Daiana Santos (PCdoB/RS) com voto favorável.



SENADO FEDERAL

CAS vota regulamentação do adicional de penosidade e competência da Justiça do Trabalho: a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne nesta quarta-feira (02), às 09h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, para deliberar os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [parecer](#) do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) pela aprovação do [PL 3694/2019](#) e de três emendas que apresenta. A proposta define atividade ou operação penosa e prevê o direito à percepção de adicional de penosidade, o qual cessa com a eliminação das condições que ensejaram a sua concessão. Estabelece a competência da Justiça do Trabalho para o processo e o julgamento de pedidos de indenização pelo exercício de trabalho penoso.



PODER JUDICIÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CFT analisa projeto sobre criação e extinção de funções comissionadas na Justiça Federal da 5ª Região: a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), realiza nesta quarta-feira (2), às 10h, reunião no Anexo II, Plenário 04, para discussão e votação de propostas legislativas. Entre os itens da pauta destaca-se o [PL 2783/2011](#) que dispõe sobre a criação e a extinção de funções comissionadas no quadro de pessoal da Justiça Federal de primeiro grau da 5ª Região e dá outras providências. A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), apresentou [parecer](#) pela adequação orçamentária e financeira da matéria.



SENADO FEDERAL

CCJ analisa transformação de cargos vagos de Técnico Judiciário em cargos de Analista Judiciário no quadro permanente do STJ: nesta quarta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), se reúne, às 09h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, e poderá deliberar o [PL 4303/2024](#) que transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no quadro permanente do Superior Tribunal de Justiça. O relator, Senador Angelo Coronel (PSD/BA), apresentou [parecer](#) favorável à matéria.

Criação de varas federais no Estado de Santa Catarina: consta na pauta também, o [parecer](#) do senador Esperidião Amin (PP/SC) pela aprovação do [PL 1/2025](#), que cria varas federais no Estado de Santa Catarina; transforma cargos de juiz federal substituto na Justiça Federal da 4ª Região; e cria cargos de juiz federal.



DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CFT debate proposta de gratuidade de justiça para mulheres em situação de violência doméstica: a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), realiza nesta quarta-feira (02), às 10h, reunião no Anexo II, Plenário 04, para discussão e votação de propostas legislativas. Entre os itens da pauta destaca-se o [PL 6112/2023](#) que acrescenta dispositivo ao art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 para conceder gratuidade de justiça a mulher em situação de violência doméstica e familiar. O [parecer](#) da relatora, Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), é pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.112, de 2023, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.112, de 2023, e do Substitutivo adotado pela CMULHER.



PREVIDÊNCIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC poderá votar projeto que torna o salário absolutamente impenhorável: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (01), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 5320/2019](#) que institui o Código de Processo Civil, para tornar absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, o seguro de vida, a pequena propriedade rural e outros. O [parecer](#) do deputado Helder Salomão (PT/ES) é pela aprovação com Substitutivo.



SEGURANÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CSPCCO pauta autorização para agentes de segurança pública adquirirem até seis armas de fogo de uso restrito: consta na pauta desta terça-feira (01/07), às 14h, no Anexo II, Plenário nº 06 da Câmara, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), o [PL 4618/2024](#), que autoriza agentes de segurança pública, ativos e inativos, previstos no artigo 144 da Constituição Federal e guardas municipais, a adquirir até seis armas de fogo de uso restrito ou permitido e suas munições. O relator, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP), apresentou [parecer](#) pela aprovação deste e da Emenda 1/2025 da CSPCCO, com substitutivo.

CSPCCO pauta a concessão de medidas protetivas de urgência por delegados e policiais: consta na pauta desta terça-feira (01/07), às 14h, no Anexo II, Plenário nº 06 da Câmara, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), o [PL 747/2025](#), que aprimora a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência pelo delegado de polícia e pelo policial, e para ampliar o âmbito de tutela do tipo penal de descumprimento de medidas protetivas de urgência. A relatora, deputada Delegada Ione (AVANTE/MG), apresentou [parecer](#) pela aprovação do projeto.



SENADO FEDERAL

CSP vota hipóteses de legítima defesa para os agentes de segurança pública: a Comissão de Segurança Pública (CSP) se reúne nesta terça-feira (01), às 11h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [parecer](#) do senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) favorável, com uma emenda que apresenta, ao [PL 2693/2024](#), que altera o Decreto-Lei nº 2.848/40, para prevê outras hipóteses de legítima defesa para os agentes de segurança pública.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.